

A guerrilha do Araguaia vista por seu comandante: o Diário de Maurício Grabois

PATRICIA SPOSITO MECHI*

Os estudos sobre a guerrilha do Araguaia tem ganhado profundidade nos últimos anos em decorrência do acesso às novas fontes documentais, novas políticas de acesso à informação e um crescente interesse dos historiadores pelo período da ditadura civil-militar. Neste trabalho temos a intenção de discutir alguns aspectos da visão dos guerrilheiros sobre a guerrilha do Araguaia através de um dos documentos que recentemente vieram a público: o diário de Maurício Grabois.

Comandante da guerrilha do Araguaia, Maurício Grabois, cujo pseudônimo era “Mário”, ou “velho Mário”, registrou o dia a dia da guerrilha num diário que teve início no dia 30 de abril de 1972, 18 dias após o primeiro ataque do Exército. O diário original foi confiscado pelo exército, mas uma cópia foi preservada nos arquivos militares, só vindo a público em abril de 2011, quando a revista Carta Capital o publicou na íntegra.

O valor do “Diário do velho Mário” como documento histórico é inestimável. É o documento mais extenso vindo de dentro da guerrilha, redigido por seu comandante, que tinha informações sobre todos os destacamentos. Maurício Grabois registrou o dia a dia da guerrilha por 605 dias; a cópia produzida pelos militares perfaz um total de 145 páginas digitadas. Nele, além da visão de Maurício Grabois sobre a guerrilha, constam suas impressões sobre questões políticas da época, seus comentários sobre líderes da esquerda como Fidel, Herver Hoxja, do Partido do Trabalho da Albânia (PTA), Luís Carlos Prestes, Che Guevara, Mao Tsé-Tung, comentários sobre a revolução chinesa, cubana, russa, albanesa, lembranças de sua militância na era Vargas, e diversos outros temas.

O recente aparecimento deste documento lançou novas luzes sobre o estudo da guerrilha do Araguaia e passou a constituir-se numa importante fonte histórica. Além do diário, existem os relatórios produzidos por Ângelo Arroyo e uma documentação extensa apreendida pelo Exército durante a guerrilha, que foi disponibilizada em 2005.

A guerrilha

* Professora Adjunta do curso de História da Universidade Federal do Tocantins (UFT) Pesquisadora do Centro de Estudos de História da América Latina (CEHAL) da PUC-SP. Doutora em História Social pela PUC-SP.

A guerrilha do Araguaia foi organizada pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B), com o objetivo de promover uma “revolução nacional e democrática” no país, de acordo com a visão de revolução por etapas que vigorava entre amplos setores da esquerda na época. Influenciados pelo maoísmo, pretendiam organizar uma “guerra popular prolongada” tal como a que havia sido liderada por Mao Tsé-Tung na China, que culminou na revolução chinesa de 1949, e para isso passaram a enviar militantes para a região do Araguaia a partir de 1966. A ideia era arregimentar camponeses, que seriam liderados pelo partido, de modo a formar um poderoso exército popular, criando áreas liberadas no interior do país até cercar e tomar as cidades. Entretanto, a presença de militantes na área foi descoberta pelos militares que, em abril de 1972, fez sua primeira investida contra a guerrilha.

Ainda em preparação, a “guerra popular prolongada” do PC do B se converteu numa luta de resistência e pela sobrevivência dos guerrilheiros. Inferiores numericamente (eram 69 militantes para cerca de 10000 soldados) e materialmente, resistiram por cerca de dois anos e meio, mas ao final acabaram exterminados pela ditadura, num dos episódios mais brutais da história recente do país.

O Diário de Maurício Grabois

Organizada em três destacamentos e uma comissão militar, a guerrilha tinha em Maurício Grabois seu comandante. Seu diário fornece elementos sobre o dia a dia da guerrilha, mas sobretudo deixa transparecer as concepções do PC do B sobre o movimento em curso.

O primeiro registro do Diário informa que “começou a Guerra Popular”¹ com a primeira investida do Exército. Atacou-se um “Ponto de Apoio” (área previamente montada pelos guerrilheiros para a guarda de alimentos, remédios e armas). Avisados pelos moradores, uma equipe de militantes retirou armamentos e materiais antes da chegada do Exército, por isso, a avaliação dos resultados do primeiro ataque foi positiva entre os guerrilheiros. Este resultado também foi creditado ao apoio que recebiam dos moradores, que se deslocaram para o “Ponto de Apoio” para avisar os militantes da chegada do Exército.

¹ O PC do B, organizou a guerrilha do Araguaia inspirado na experiência chinesa de revolução camponesa, liderada por Mao Tsé-Tung.

Dois guerrilheiros (Osvaldão e Cilon da Cunha Brun, o Comprido) são os protagonistas do primeiro choque direto com o Exército. O diário de Maurício Grabois registra que, ao se dirigir à casa de um camponês, Osvaldão e Comprido encontraram-se com uma tropa que supuseram ser da Polícia Federal, mas apresentavam-se à população como geólogos. Surpreendendo os inimigos, os guerrilheiros travaram com eles um tiroteio no qual dois policiais foram mortos e outro foi ferido. O grupo era acompanhado por um mateiro² que saiu correndo do local (GRABOIS, 1973).

A partir de episódios como esses, Grabois avaliou que as condições em que se desenvolvia a guerrilha eram favoráveis aos guerrilheiros. Entre elas, ganhava destaque o apoio que recebiam da população:

Altamente positiva é a informação sobre a massa. Uma equipe chefiada por Piauí e composta de Be, Land e Su visitaram cinco casas e conversaram com diferentes pessoas. A recepção foi a melhor possível. Acima de qualquer expectativa (GRABOIS, 1973).

Muitos contatos com os camponeses foram feitos. Os guerrilheiros visitavam suas casas e explicavam os motivos da resistência na área. Este trabalho de politização visava implantar as bases de apoio da guerrilha e arregimentar novos combatentes. A boa recepção dos camponeses e a promessa de apoio eram vistas como aspectos que comprovariam a “justeza da linha militar” adotada pelo partido. Uma outra característica que atestaria o acerto do partido era a escolha do local:

Todos nos apoiaram, prestaram valiosas informações e se dispuseram a nos ajudar de diferentes formas. Isso mostra que os nossos co são bastante queridos pelos camponeses e que estes são receptivos à nossa orientação. Confirma-se a justeza da nossa linha militar. A mata nos abriga e o povo nos ajuda. Tivéssemos começado a luta em região sem mata, com terreno desfavorável, já teríamos sido liquidados, mesmo contando com a simpatia das massas. Agora, para nós fica patente a diferença radical entre a nossa teoria de GP e a concepção “foquista” (GRABOIS, 1973).

Da mesma forma que a mata era vista como favorável ao guerrilheiro apontava-se que ela seria “hostil” às forças repressivas. O resultado das primeiras investidas do exército foi claramente favorável aos guerrilheiros, onde as baixas de militantes foram poucas (apenas três

² Homens que orientavam-se bem na mata e guiavam os militares.

prisões) e a perda dos Pontos de Apoio foram de menor importância (ARROYO, 2005). As Forças Armadas logo se retiraram da área, mas suspeitava-se, corretamente, que era uma retirada estratégica, visando utilizar tropas mais capacitadas para as operações de contraguerrilha. Contudo, a visão que se fazia a respeito das forças guerrilheiras, era a de que “qualquer tática dos soldados da ditadura fracassará” (GRABOIS, 1973), bastando para isso que os combatentes do Araguaia soubessem empregar corretamente os métodos da Guerra Popular (GRABOIS, 1973).

Uma visão positiva sobre os camponeses era acompanhada de uma crença no apoio da pequena burguesia local e mesmo de “elementos mais abastados” (latifundiários) que simpatizariam com a causa do PC do B.

Acreditamos também que a pequena burguesia das cidades próximas e das corrutelas simpatizam conosco. Mesmo alguns elementos abastados, descontentes com a ditadura, darão seu apoio à luta. Tudo isso é um fator bastante promissor e da maior importância para a sobrevivência das Forças Guerrilheiras (GRABOIS, 1973).

Esta é uma das raras ocasiões em que o Grabois faz menção a elementos da burguesia, a classe para a qual o partido realizava a revolução, já que tratava-se de sua etapa “democrático-burguesa”. Esperavam contar com o apoio de uma “pequena burguesia” da região, além de explorar as contradições entre os grandes latifundiários e o regime ditatorial. Contudo, salvo em algumas questões pontuais, não havia contradição de interesses entre o Estado ditatorial e esta classe. O projeto de desenvolvimento para a região, implementado pelos governos militares a partir dos anos 70 visavam fortalecê-los e não o contrário (OLIVEIRA, 1991).

Dois meses após os primeiros ataques, a Comissão Militar da guerrilha se reuniu e Grabois registrou em seu *Diário* um balanço positivo do primeiro período de luta e as tarefas que foram definidas dali em diante:

- 1) realizar intensa propaganda revolucionária armada;
- 2) garantir o autoabastecimento;
- 3) levar a cabo ações armadas contra o inimigo, de maior ou menor envergadura. Este tipo de ação ou a ocupação de pequena cidade ou lugarejo será sempre um meio de propaganda e uma forma de crescer (conseguir

armas, equipamentos, recrutar elementos da massa, etc). Precisamos aproveitar o recuo temporário do inimigo para enviar nossos propagandistas armados a todos os recantos da região, a todas as casas de camponeses (GRABOIS, 1973).

Nos meses seguintes, os guerrilheiros concentram-se prioritariamente nos contatos com os camponeses e nas tarefas de autoabastecimento. Visitavam famílias, realizando um trabalho de politização e assistencialismo. Nas visitas, levavam consigo o Comunicado nº 01, que era lido e debatido. Nas ocasiões também realizavam-se consultas médicas. Procurava-se que nas equipes de guerrilheiros estivesse sempre presente um “bula” (médico), para o atendimento dos camponeses.

O Comunicado nº 01 das “Forças guerrilheiras do Araguaia” publicado em 25 de maio de 1972, denunciava a repressão das tropas do governo e incluía no rol de violências da ditadura contra os mais diversos segmentos sociais:

No passado mês de abril, tropas do Exército, em operações conjuntas com a Aeronáutica, Marinha e Polícia Militar do Pará, atacaram de surpresa antigos moradores das margens do Rio Araguaia e de diversos locais situados entre SÃO DOMINGOS DAS LATAS e SÃO GERALDO, prendendo e espancando diversas pessoas, queimando casas, destruindo depósitos de arroz e outros cereais e danificando plantações. Êste traiçoeiro ato de violência praticado contra honestos trabalhadores do campo é mais um dos inúmeros crimes que a ditadura militar vem cometendo em todo o país contra camponeses, operários, estudantes, democratas e patriotas. O governo dos generais procura difamar as vítimas de suas arbitrariedades, espalhando que se trata de ação realizada contra bandidos, contrabandistas, marginais e assaltantes de bancos. Mas a população da região não acredita em tais mentiras. Conhece, há muitos anos, os perseguidos, todos pessoas corretas, dedicadas ao trabalho e amigas da pobreza, sempre prestativas e solidárias com o povo, em particular, com os espoliados pelos grileiros e alvo das injustiças da polícia (FORÇAS GUERRILHEIRAS DO ARAGUAIA, 2005:139).

Os guerrilheiros mantinham no documento a condição de posseiro, recorrendo à sua antiguidade na região, ao trabalho honesto e ao assistencialismo prestado aos camponeses como refutação das informações que o exército passou a divulgar na área. Denunciavam aquelas que seriam práticas cada vez mais frequentes contra os camponeses da região, a destruição das moradias e dos meios de subsistência. A violência das forças repressivas teria ensejado a resistência na área,

Diante do criminoso ataque das forças armadas governamentais, muitos habitantes das zonas de SÃO DOMINGOS DAS LATAS, BREJO GRANDE, ARAGUATINS, PALESTINA, ITAMERIM, SANTA IZABEL, SANTA CRUZ e SÃO GERALDO resolveram não se entregar, armar-se com o que puderam e enfrentar corajosamente o arbítrio e a prepotência do Exército e da Polícia. Com tal objetivo, internaram-se nas matas do PARÁ, GOIÁS e MARANHÃO para resistir com êxito ao inimigo muito mais numeroso e melhor armado. A fim de desbaratar as operações militares da ditadura, defender suas vidas e desenvolver sua luta pela posse da terra, a liberdade e uma existência melhor para toda a população, decidiram formar destacamentos armados, criaram as FORÇAS GUERRILHEIRAS DO ARAGUAIA (FORÇAS GUERRILHEIRAS DO ARAGUAIA, 2005:139).

O primeiro comunicado da guerrilha a apresentava como um movimento de iniciativa dos posseiros. Os guerrilheiros, que se julgavam transformados pela experiência de alguns anos em camponeses, se colocavam como membros daquela comunidade e informavam aos moradores da região que, frente às arbitrariedades, muitos habitantes resolveram não se entregar. Mas o contingente de resistentes se restringia apenas aos militantes do PC do B, com alguns poucos moradores que se envolveram no movimento. O documento tem muito mais um cunho de agitação e propaganda do que a dimensão correta do alcance da resistência guerrilheira e do envolvimento da população. Era uma tentativa de ganhar os camponeses, supervalorizando o contingente de combatentes que efetivamente se dispunha.

A proposta de enfrentamento desenvolvida pelo PC do B não teve como base a experiência concreta das lutas sociais no campo brasileiras, mesmo em seus movimentos mais próximos, como é o caso da experiência das Ligas Camponesas do nordeste, nos anos 60 e a luta dos posseiros de Trombas e Formoso, nos anos 50. Da mesma forma, não se desenvolveram núcleos resistentes e/ou combatentes por iniciativa popular no período que perdurou a guerrilha. Aos camponeses cabia se submeter às orientações e a organização traçadas pelo PC do B. Entretanto, o movimento camponês soube utilizá-la à seu favor, da mesma forma que submeteu às forças guerrilheiras às necessidades de seu movimento.

Entretanto, mesmo considerando a primazia do partido sobre o movimento, sua forma autoritária de organizar os camponeses, ao longo da existência da guerrilha fica evidente alguns êxitos no trabalho de politização dos moradores da região e percebe-se uma afinação maior com as demandas camponesas e o movimento guerrilheiro.

Nos primeiros meses da guerrilha, as referências aos problemas agrários, a presença de grileiros e a atuação do INCRA junto aos camponeses eram genéricas. A preocupação em “ganhar as massas para a guerrilha” (GRABOIS, 1973) centrava-se num trabalho de conscientização política que buscava despertar o camponês para as grandes questões do país, segundo a visão do partido. Aos cinco meses da deflagração da guerrilha, um balanço da luta armada na região enfatizava a vinculação entre a luta guerrilheira no sul do Pará no quadro geral de combate à ditadura e ao imperialismo e pretendia ser um catalizador de outras lutas que se espalhariam pelo Brasil, mas abordava genericamente as questões sociais que afetavam diretamente os camponeses.

As massas camponesas das diferentes áreas foram despertadas para a vida política com o desencadeamento da guerrilha: avançaram dezenas de anos no que diz respeito à sua consciência política. No seio das massas dá-se uma polarização. Os contingentes que se manifestam a favor das FF GG constituem a imensa maioria da população local. Com o surgimento da luta armada, crescem as contradições sociais (camponeses dispõem-se a enfrentar os grileiros, a não pagar ao INCRA, etc). A luta guerrilheira está no centro de todas as discussões dos camponeses. Nas cidades, vilas e lugarejos da periferia da região rebelada também reflete-se favoravelmente a luta armada (GRABOIS, 1973).

Percebe-se uma visão que coloca o movimento guerrilheiro acima das demandas concretas dos camponeses. A abordagem genérica destas demandas não permitia identificar a extensão do problema da grilagem de terras, e a forma como efetivamente os camponeses se posicionavam. Estas não foram preocupações das forças guerrilheiras no seu início.

É próprio da sociabilidade do camponês o apoio à comunidade no que se refere ao abastecimento, a solidariedade no trabalho e o oferecimento de abrigo e alimentação durante os deslocamentos. Os guerrilheiros em nenhum momento refletem sobre este traço cultural; todo apoio recebido foi entendido como apoio à causa da guerrilha.

Este apoio à causa guerrilheira de fato ocorreu, mas não foi imediato e irrestrito como imaginavam os guerrilheiros. Ocorreu a medida em que a guerrilha se desenvolveu e que os problemas da população local passou a ser objeto de reflexão e ação dos guerrilheiros. As informações sobre as demandas locais, com o correr da luta, deixaram de ser genéricas:

No DA, com sempre, as coisas vão avançando. ZC, à frente de um grupo, visitou, na área 2, 15 famílias, sendo 4 novas. Esteve novamente em Bom Jesus. Entre a massa há grande revolta contra o INCRA. Para discutir a luta contra essa repartição do governo, o D promoveu uma reunião de massas em que participaram 29 adultos. Os co fizeram a segurança. O debate foi muito bom. Há possibilidade de se criar mais um núcleo da ULDP e organizar nova reunião de massas contra o INCRA, mais numerosa ainda (GRABOIS, 1973).

Como resultado dessas ações, a Comissão Militar da guerrilha se reuniu e resolveu lançar um Manifesto contra o INCRA, que revela a mudança na forma de relacionamento da guerrilha com as demandas locais. São pontuados os locais onde se desenvolviam os conflitos de terra, o INCRA é denunciado como entidade a serviço do latifúndio e são nomeadas as empresas, fazendas e projetos, assim como seus líderes.

Um dos episódios de intervenção contra os grileiros, se deu contra um dos capangas de um dos latifundiários da região, conhecido como Pedro Mineiro, que foi capturado, julgado e executado. Segundo Grabois, Pedro Mineiro “tinha sobre as costas a responsabilidade de vários crimes de morte perpetrados contra peões e camponeses. Submetido a julgamento pelo Tribunal Revolucionário, foi condenado à morte e imediatamente fuzilado” (GRABOIS, 1973).

No local os guerrilheiros confiscaram alguns armamentos, suprimentos e dinheiro, considerados despojos de guerra. E também “apoderaram-se de valiosos documentos que comprovam a grilagem e a ligação do capitão Olinto com as Polícias Militares de Goiás e do Pará” (GRABOIS, 1973). Segundo Grabois, um dos documentos apreendidos era um mapa detalhado de uma imensa área, com 9.500 alqueires (47 mil hectares), subdividida lotes de 3 mil hectares cada um, os quais o capitão Olinto vendeu a alguns testa de ferro. De acordo com o militante, também foram apreendidos documentos que comprovavam o apoio da PM de Goiás e do Pará ao grileiro³. No local foi deixado um comunicado das Forças Guerrilheiras do Araguaia. O teor do comunicado era o seguinte:

AO POVO

³ Estes documentos possivelmente estão retidos em poder do Exército brasileiro, já que não eles não constam do material a que tivemos acesso, tampouco se localizou alguma reprodução na bibliografia referência a eles. Levando em consideração que o próprio diário de Maurício Grabois esteve desaparecido por quase 40 anos, é possível que o material apreendido pelos guerrilheiros esteja sob poder do Exército.

Julgado pelo Tribunal Revolucionário do 2º destacamento das Forças Guerrilheiras do Araguaia, foi condenado à morte e fuzilado, a 12 de março de 1973, o pistoleiro conhecido pelo apelido de Pedro Mineiro, assalariado do facínora capitão Olinto, chefe do grupo de grileiros do Capingo. Pedro Mineiro, responsável pelo assassinato de vários lavradores e peões, paga com a vida pelos seus crimes.

Abaixo a grilagem!

Fora com os bate-paus e grileiros!

Morte aos Generais Fascistas!

Abaixo a Ditadura Militar!

Viva a Terra Livre para o Povo Viver e Trabalhar!

Viva as Forças Guerrilheiras do Araguaia!

Viva o Brasil Livre e Independente!

Oswaldo Mineiro

Comandante do 2º Destacamento das Forças Guerrilheiras do Araguaia (GRABOIS, 1973).

A medida que a guerrilha se desenvolvia, aquilo que os guerrilheiros esperavam da população, um “amadurecimento político”, também pode ser atribuído aos guerrilheiros. Foi nas ações contra os opressores mais próximos da população camponesa que os guerrilheiros se notabilizaram e estreitaram os laços com as questões locais que afligiam a população camponesa.

Além do justicamento de jagunços como Pedro Mineiro, uma atividade contra a PM do Pará ganhou grande notoriedade. Em reunião com os camponeses, Zé Carlos, comandante do destacamento A soube da cobrança efetuada por policiais de um posto situado na transamazônica para fornecer “salvo-conduto” aos passageiros dos ônibus que transitavam por lá. A extorsão da PM causou grande indignação entre os moradores, o que resultou numa ação dos guerrilheiros contra o referido posto.

Ao longo da guerrilha percebe-se a intensificação do trabalho de massas realizado pelos militantes e o aprofundamento das questões que cercavam os camponeses. Mesmo nos momentos em que a presença do exército era conhecida na área, os guerrilheiros continuaram as visitas às famílias camponesas, as reuniões com posseiros, além de incentivar a formação das ULDP's. durante os períodos de maior dificuldade de abastecimento, muitos guerrilheiros sobreviveram exclusivamente do apoio e solidariedade da população local (ARROYO, 2005).

Este fator de estreitamento dos laços, aliado ao afrouxamento de algumas normas de segurança pode ter ocasionado a queda de alguns guerrilheiros. Grabois registra que

Há mais de um mês que seus co [combatentes] só dormem em casa de elementos da massa. Muitos camponeses sabem onde o D [destacamento] se encontra. Os guerrilheiros andam normalmente pelas estradas e caminhos. Pode acontecer surpresa desagradável (GRABOIS, 1973).

Em que pese o acerto do apontamento de Maurício Grabois sobre o relaxamento das normas de segurança, a aproximação dos militantes com os camponeses e, principalmente, com suas demandas, revelam que no processo de desenvolvimento da luta armada, o movimento guerrilheiro se transformou, como já mencionamos, dando um salto qualitativo na compreensão dos problemas que envolviam a questão agrária na região. Contudo, a documentação sugere que o limite do aprofundamento desta compreensão esbarrava na doutrina partidária. Mesmo com o avanço do movimento camponês e com o aprofundamento do PC do B nas questões agrárias locais, a agremiação política nunca abandonou a perspectiva da primazia do partido sobre o movimento. Mesmo nos momentos em que a guerrilha serviu como braço armado do movimento camponês a perspectiva revolucionária do PC do B não se alterou.

O diário de Maurício Grabois foi encerrado abruptamente no dia 25 de dezembro de 1973. Nesta data o comandante da guerrilha foi assassinado pelas tropas do governo. Entre os militares, o evento é lembrado como “chafurdo do Natal” (MACIEL, 2008:64). Chafurdar significa enlamear-se, sujar-se, atolar-se. É uma palavra comumente usada para referir-se a porcos que “chafurdam na lama”. A expressão com que se designou o extermínio dos últimos guerrilheiros traduz a visão do tipo de atividade que o exército realizava na área.

A Guerrilha do Araguaia é apresentada pela historiografia em três fases, denominada de campanhas, definidas tendo como critério a atuação das forças armadas no seu combate. As duas primeiras foram radicalmente diferentes da terceira e última. Nas duas primeiras, as tropas do governo não tinham todas as informações sobre o movimento guerrilheiro, seja no que se refere à sua localização, seus efetivos, nem mesmo sabiam quais eram os militantes que estavam na área.

Na terceira campanha as forças repressivas atuaram munidas de informações precisas, levantadas pelo pessoal de informações nos anos anteriores. Após o fracasso inicial, as Forças Armadas reformularam as formas de combate à guerrilha. Foram implementadas ações de atendimento às demandas médicas, sanitárias, odontológicas, dos moradores, através da Ação

Cívico-Social – ACISO. Paralelamente às atividades assistencialistas, os militares realizavam uma ampla atividade de inteligência, procurando descobrir quantos eram os guerrilheiros, os destacamentos, como sobreviviam e se movimentavam na mata, como se relacionavam com moradores (CAMPOS FILHO, 1997).

Os militares que participaram dessas operações atuavam à paisana, disfarçados de engenheiros, técnicos agrícolas, compradores de arroz ou madeira, de funcionários do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e realizaram um minucioso mapeamento e reconhecimento da região, além de dar continuidade à tarefa de reconhecimento da guerrilha e dos guerrilheiros (MORAES & SILVA, 2005).

O que se pode depreender da documentação referente à guerrilha produzida pelo PC do B no calor dos acontecimentos, é que os guerrilheiros não perceberam a mudança da tática empregada pelas Forças Armadas. Grabois, em seu diário, não faz referências à percepção da modificação da atuação do Exército, mesmo com as seguidas baixas que a guerrilha sofreu em fins de 1973. Tais baixas eram atribuídas, como se viu, ao descumprimento de algumas normas de segurança; a mesma avaliação está contida no relatório de Ângelo Arroyo.

A leitura desse material sugere que a visão enrijecida do partido, as certezas emanadas da “doutrina marxista-leninista” impediram a Comissão Militar da guerrilha e, posteriormente, o próprio partido, de buscar compreender as causas das vitórias e derrotas nos embates com as Forças Armadas na correlação de forças que se estabeleceu em diferentes momentos dos enfrentamentos. O movimento guerrilheiro buscava, em si mesmo, compreender o que dera certo e o que dera errado, esquecendo-se de que do outro lado havia as tropas militares.

Esta especificidade da leitura que está presente nos relatos dos guerrilheiros pode ser estendida à leitura que se fazia da realidade nacional e internacional. Ao situar os problemas brasileiros e os problemas dos países da periferia do capitalismo, afirmava-se a ideia de que centrava-se na atuação do partido, da “vanguarda da classe operária”, a resolução dos problemas das classe dominadas. Contra qualquer inimigo, a “justeza dos ideais” seria a garantia da vitória.

A rigor, o PC do B jamais admitiu a derrota da guerrilha. Mesmo com a divulgação de todos os revezes sofridos, com a comprovação da morte de quase todos os militantes, o partido não admitiu a derrota. Contudo, um intenso debate se instalou em sua direção a partir

de 1974, que perdurou até 1976. Neste período, a versão oficial do partido, a despeito de um intrincado debate que se desenvolvia entre seus dirigentes, era a da vitória da guerrilha. Tal visão se perpetuou na organização e ainda hoje alimenta a versão que o PC do B sustenta sobre a guerrilha do Araguaia.

Referências Bibliográficas

ARROYO, Ângelo. “Grande acontecimento na vida do país e do PC do B” in: Vários autores. *Guerrilha do Araguaia: uma epopeia pela liberdade*, São Paulo, editora Anita Garibaldi, 2005.

CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. *Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas*. Goiânia, Editora da UFG, 1997.

FORÇAS GUERRILHEIRAS DO ARAGUAIA. “Comunicado nº 1 das Forças Guerrilheiras do Araguaia”, in: Vários autores. *Guerrilha do Araguaia: uma epopeia pela liberdade*. São Paulo, editora Anita Garibaldi, 2005.

GRABOIS, Maurício. *Diário de Maurício Grabois (Velho Mário) – 30 de abril de 1972 a 25 de dezembro de 1973*. Disponível em: http://www.cartacapital.com.br/wp-content/uploads/2011/04/Di%C3%A1rio_de_Maur%C3%ADcio_Grabois.pdf acessado em 15 de maio de 2012.

MACIEL, Lício. *Guerrilha do Araguaia: relato de um combatente*. Rio de Janeiro, Editora Corifeu, 2008.

MORAIS, Taís e SILVA, Eumano. *Operação Araguaia: os arquivos secretos da Guerrilha do Araguaia*. São Paulo, Geração Editorial, 2005.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Integrar para Não Entregar: políticas públicas e Amazônia*. 2ª ed., Campinas, Papirus, 1991.